

FRENTE DE LUTA **Permanência e contra o Privatismo**

O RISCO DE GRADEAMENTO E DESPEJO DE MORADORES DO CRUSP CONTINUA!

Para DEFENDER OS 300 MORADORES em situação “irregular” e a PERMANÊNCIA DO CONJUNTO, é preciso organizar uma campanha de mobilização efetiva!

A direção do DCE da USP convocou, às pressas e sem grande divulgação, uma assembleia geral dos estudantes do campus Butantã, ocorrida no último dia 17. Entretanto, em nenhum momento foi pautado o risco de gradeamento do CRUSP e consequente despejo de 300 estudantes em situação “irregular” (que se encontram nesse quadro por não terem conseguido passar pelos critérios burocráticos de seleção da PRIP). O principal foco da assembleia, em contrapartida, foi organizar a campanha eleitoral no segundo turno das eleições municipais.

Desde agosto, o CRUSP segue sob ameaça constante de instalação de um controle de acesso por parte da PRIP. Ainda que a mobilização inicial e espontânea de moradores em meados de agosto tenha barrado a tentativa inicial de instalação das grades, a reitoria ainda continua com elas guardadas, e espera pacientemente pelo fim do semestre para realizar a instalação. Esperar a chegada do período de férias, quando a capacidade de mobilização estudantil é mínima, é uma manobra historicamente recorrente por parte da reitoria, tendo como exemplo mais recente a privatização do bandeirão da Física, ao fim de 2019.

Nesse quadro, a única forma de definitivamente barrar que a PRIP controle o acesso do CRUSP e despeje moradores “irregulares” é por meio de uma mobilização efetiva dos estudantes, que imponha um compromisso por parte da reitoria. Basta lembrar que foi somente pela via de greves com ocupações que importantes conquistas para o CRUSP, como o comprometimento jurídico com a construção do bloco A1 em 2007, foram obtidas.

Contudo, a atual direção da Amorcrusp (UP/Correnteza, que também é parte da direção do DCE), se opõe a qualquer forma efetiva de mobilização, mas vende o discurso de que já houve uma “vitória” com a mobilização espontânea de estudantes, que barrou a instalação momentânea de grades, buscando assim convencer os estudantes a depositarem sua confiança em um plebiscito, inicialmente previsto para ocorrer no início de novembro, que vai abordar a legitimidade ou não do gradeamento da moradia. Destacamos que o desmonte da permanência estudantil e a precarização das condições de trabalho e estudo são dois aspectos articulados da ofensiva do Capital contra a existência das Universidades Públicas e gratuitas, e que somente com a resistência organizada do movimento estudantil, a partir de suas bases, será possível impedir a consolidação desse projeto privatista e neoliberal e se garantirá uma USP pública, gratuita e com direito de permanência assegurado.

O PLEBISCITO SOBRE CONTROLE DE ACESSO É UMA ARMADILHA QUE SERVE AOS PROPÓSITOS DA REITORIA. É PRECISO SE OPOR AO PSEUDO DEMOCRATISMO COM A DEFESA DO CONTROLE ESTUDANTIL SOBRE A MORADIA!

A direção da Amorcrusp se tem oposto às formas combativas de organização do movimento, sustentando que a ofensiva da reitoria contra os moradores poderia ser respondida com um plebiscito

organizado pela própria entidade, sobre a instalação ou não de um controle de acesso no CRUSP por parte da PRIP. O plebiscito, por si só, já implica legitimar a possibilidade de a PRIP impor restrições de acesso à moradia estudantil, seja qual for o resultado, e isso não mudará os planos da PRIP. Se o resultado indicar uma maioria supostamente favorável ao gradeamento, isso simplesmente servirá como mais uma justificativa para a reitoria dar sequência à sua ofensiva e despejar moradores. Por outro lado, se a maioria dos estudantes se mostrar contra que a PRIP controle o acesso ao CRUSP (posição esta que tem predominado), esse resultado simplesmente será ignorado pela PRIP. Isso, tendo em vista que, na reunião entre a diretoria da Amorcusp e representantes da PRIP, ocorrida em 29 de agosto, esta não se comprometeu com legitimar o plebiscito.

Deste modo, o plebiscito organizado pela direção da Amorcusp serve exclusivamente à PRIP, que o aceitará, se seu resultado se mostrar favorável à sua posição, e o descartará e instalará as grades nas férias de qualquer modo, em caso contrário. Nesse quadro, é preciso denunciar o papel que a direção da Amorcusp cumpre, ainda que indiretamente, de colaborar com a PRIP por meio de um pseudo democratismo acerca do controle de acesso. É preciso se opor ao plebiscito por meio da bandeira do controle estudantil sobre a moradia, independente da PRIP e reitoria! Somente quando os estudantes obtiverem tal conquista, é que será possível pautar formas de controlar o acesso aos blocos, não pela PRIP que protege agressores e estupradores (alguns dos quais se enquadram na categoria de moradores “regulares”), mas pelos próprios estudantes.

O FIM DO SEMESTRE SE APROXIMA: É PRECISO QUE O DCE E DEMAIS ENTIDADES ESTUDANTIS CONVOQUEM ASSEMBLEIAS COM AMPLA DIVULGAÇÃO PARA ORGANIZAR A MOBILIZAÇÃO CONTRA O GRADEAMENTO DO CRUSP NAS FÉRIAS!

A assembleia geral do 17 foi mal divulgada, e contou com cerca de 100 pessoas (0,2% dos estudantes do campus Butantã). O principal objetivo das direções estudantis com essa assembleia foi organizar a campanha em defesa do voto (direto ou crítico) na candidatura burguesa de Boulos (PSOL) contra Nunes (MDB). Não tratou, portanto, de levar as entidades estudantis e seus recursos à organização da defesa dos interesses dos estudantes, como a luta por permanência e pelo controle estudantil sobre a moradia. A direção do DCE, junto às pseudo oposições, deformou a assembleia e a conduziu para a legitimação de que as organizações estudantis fossem usadas para servir de apoio a um candidato que não expressa as reivindicações e lutas estudantis, ao contrário, tem uma política que é oposta a elas. Uma eleição cujos partidos de ambos os candidatos integram o governo federal (com o partido de Nunes, inclusive, possuindo mais ministérios que os de Boulos), e em que ambos os candidatos apresentam propostas de precarização do trabalho (vide programa “jovem empreendedor”), de ampliação da repressão policial (com a ampliação/duplicação da GCM) e de inserção do privatismo nas universidades (por meio da criação de parcerias público-privadas). Denunciamos a deformação do método da assembleia, com a abertura para envio de propostas por via online e as manobras para não abertura a inclusão de novas pautas, para debater, por exemplo, o gradeamento do CRUSP.

É urgente a necessidade de organização dos estudantes para pressionar o DCE e CAs a convocarem e divulgarem amplamente assembleias estudantis, para possibilitar uma mobilização contra o gradeamento do CRUSP, mas também pela retomada das pautas não conquistadas ou sabotadas da greve de 2023, dentre as quais listava a contratação de professores e funcionários, e o reajuste das bolsas estudantis para o valor de um salário mínimo estadual, R\$ 1.640,00 a todos que necessitarem. Esse é o caminho para se avançar a mobilização e erguer efetivamente a luta por pautas como a de cotas trans na USP, sendo que a última assembleia se limitou à resolução de fazer caravanas inócuas, seguir a via institucional e coleta de assinaturas para um abaixo-assinado.

Para participar ou ter acesso a outras publicações da Frente de Luta por Permanência e Contra o Privatismo **entre em contato:** frentelutausp@proton.me
ou acesse nosso drive